

»»» Continuação SANTA MARIA ENERGÉTICA S.A.		Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																																										
16 Imposto de renda e contribuição social		O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro real, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. São reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. 16.1 - Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado do imposto a ser pago ou recebido que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A composição do imposto de renda e contribuição social, apurados com base no lucro real, é apresentada como segue: <table><tr><th>Composição</th><th>2022</th><th>2021</th></tr><tr><td>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</td><td>16.813</td><td>14.343</td></tr><tr><td>Alíquota</td><td>34%</td><td>34%</td></tr><tr><td>IRPJ e CSLL</td><td>(5.716)</td><td>(4.877)</td></tr><tr><td>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</td><td></td><td></td></tr><tr><td>IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Despesas indedutíveis</td><td>(75)</td><td>(359)</td></tr><tr><td>Resultado de equivalência patrimonial</td><td>5.474</td><td>5.000</td></tr><tr><td>Outras</td><td>23</td><td>147</td></tr><tr><td>Despesa de IRPJ e CSLL</td><td>(294)</td><td>(89)</td></tr><tr><td>Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL</td><td>1.75%</td><td>0.62%</td></tr></table>										Composição	2022	2021	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	16.813	14.343	Alíquota	34%	34%	IRPJ e CSLL	(5.716)	(4.877)	Ajustes para refletir a alíquota efetiva			IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			Despesas indedutíveis	(75)	(359)	Resultado de equivalência patrimonial	5.474	5.000	Outras	23	147	Despesa de IRPJ e CSLL	(294)	(89)	Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	1.75%	0.62%
Composição	2022	2021																																										
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	16.813	14.343																																										
Alíquota	34%	34%																																										
IRPJ e CSLL	(5.716)	(4.877)																																										
Ajustes para refletir a alíquota efetiva																																												
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes																																												
Despesas indedutíveis	(75)	(359)																																										
Resultado de equivalência patrimonial	5.474	5.000																																										
Outras	23	147																																										
Despesa de IRPJ e CSLL	(294)	(89)																																										
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	1.75%	0.62%																																										
17 Instrumentos financeiros		17.1 - Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. 17.2 - Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 17.3 - Compensação de saldos ("offsetting"): Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 17.4 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting"): A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. 17.5 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. 17.5(a) Gestão de risco de mercado: • Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que impactem os rendimentos das aplicações financeiras. Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. 17.5(b) Análise de sensibilidade: A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam as posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. • Cenário provável: foram projetados os rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do exercício. • Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. • Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados: <table><tr><th>Operação</th><th>Indexador/ Taxa de juros a.a.</th><th>Risco</th><th>Taxa no exercício</th><th>Exposição (Saldo/Nocional)</th><th>Cenário provável</th><th>Cenário (II)</th><th>Cenário (III)</th></tr><tr><td>Ativos financeiros</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>CDI</td><td>Queda do CDI</td><td>13,65%</td><td>19.319</td><td>2.637</td><td>(659)</td><td>(1.319)</td></tr></table> 17.5(c) - Gestão de risco de crédito: O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. 17.5(d) - Gestão de risco de liquidez: O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos e desconcentração de vencimentos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 19.319 (R\$ 14.591 em 2021).										Operação	Indexador/ Taxa de juros a.a.	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)	Ativos financeiros								Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	13,65%	19.319	2.637	(659)	(1.319)									
Operação	Indexador/ Taxa de juros a.a.	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)																																					
Ativos financeiros																																												
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	13,65%	19.319	2.637	(659)	(1.319)																																					
DIRETORIA																																												
Arthur Arpini Coutinho			Angelo Arpini Coutinho			Angelo André Bosi																																						
Diretor-Presidente			Diretor			Diretor																																						
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE																																												
Carlos Alberto Lima – Contador - CRC: ES/009263/O-2																																												
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																												
Aos Administradores e Acionistas da Santa Maria Energética S/A Colatina - ES Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energética S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria		das cifras do ano anterior: O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 18 de fevereiro de 2022. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a																																										
Rio de Janeiro, 24 de março de 2023 Mazars Auditores Independentes CRC nº 2SP023701/O-8 Rodrigo de A. Albuquerque CRC CE019775/O-9 T-RJ mazars																																												



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 14/04/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB

Acesse: <https://verificador.iti.gov.br/> caso deseje validar a assinatura!

380 BALANCO STA MARIA ENERGETICA 14-04-23.pdf

Código do documento: 380



Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Registro de Eventos:

14 abr. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 380

Criado por: Mariana Melim. **E-mail:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2023-04-13T21:01:00-0300

14 abr. 2023, 00:11:24 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-04-13T21:11:24-0300

14 abr. 2023, 00:12:13 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

E-Mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
CONSULTI BRASIL RFB

DATE_ATOM: 2023-04-13T21:12:13-0300

Hash do documento original

[SHA256]: 3e4b12915c75c0a2b93e08891cd00d8b94241163cc1391bba6751b3adb6f151b

[SHA512]: cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB